

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • fevereiro de 2015



Viva seu município



Campanha mobiliza Municípios em 10 Estados

Nesta edição:

- Governo deve R\$ 35 bi em Restos a Pagar aos Municípios
- Cidade canadense dá bom exemplo na gestão de água
- Municípios excluídos na negociação sobre embalagens

Semana Municipalista

Campanha mobiliza prefeituras

No dia 23 de fevereiro, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) deu início à campanha *Viva seu Município*. Por uma semana, entidades estaduais e gestores municipais estiveram unidos para apresentar os motivos que levam os Municípios ao momento de crise. Dessa vez, com a prioridade de abrir o diálogo com o cidadão. Ao menos 10 Estados estiveram envolvidos com as atividades da campanha.

A escolha do dia 23 tem um significado. A data marca a abertura oficial da iniciativa e também o Dia do Municipalismo no Brasil. Este já é o segundo ano consecutivo em que a campanha *Viva seu Município* acontece. Se em 2014 o cenário já era negativo, em 2015 ficou ainda pior.

Além das questões econômicas, pela queda das receitas, os prefeitos enfrentam uma onda de desastres naturais. Alguns Municípios passam dias seguidos de fortes chuvas, enquanto outros agonizam com a seca. O que exige ainda mais recursos dos já exauridos cofres municipais, na tentativa de amenizar a situação.

Entre os dias 23 e 27 de fevereiro, a Confederação promoveu a Semana Municipalista. Durante esse período, a entidade orientou os Municípios a realizarem atos públicos que pudessem explicar para a comunidade o porquê da crise.

Região Sul

Em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, o prefeito Airton Luiz convocou todos os servidores municipais para uma mobilização na frente da prefeitura. Em discurso, o gestor falou das dificuldades financeiras pelas quais os Municípios têm passado.

“A tolerância se esgota neste semestre, especialmente na Marcha a Brasília. Tentamos colaborar, apresentamos sugestões, mas estamos em uma situação insustentável. Teremos de interromper alguns serviços. Os Municípios estão desamparados”, adverte o prefeito.

Ainda na Região Sul, a Associação dos Municípios do Paraná (AMPR) mobilizou os gestores do Estado na Semana Municipalista. Além da divulgação da campanha no site da entidade, o presidente da AMPR, Luiz Lázaro Sorvos, contou à Agência CNM que a entidade enviou mensagem e e-mail aos prefeitos.

Região Centro-oeste

A campanha foi amplamente divulgada nos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. As prefeituras participaram ativamente da Semana Municipalista com direito a mobilizações em praças públicas, reuniões com a imprensa e faixas pelas cidades.

Em Goiás, houve o apoio de duas entidades municipalistas: a Associação Goiana de Municípios (AGM) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A Associação realizou no dia 26 de fevereiro uma grande mobilização, na capital Goiás, juntamente com a comunidade e a imprensa local. Já a FGM deu início à campanha com a carta da semana. O documento continha as principais reivindicações do movimento municipalista e foi enviado a todos os prefeitos goianos.

Quando perguntado sobre a importância da iniciativa, o presidente da Federação, Divino da Silva, informou: “a campanha [*Viva seu Município*] foi uma experiência válida no ano passado. Nós fomos para a rua com faixas, fizemos movimentações. Esse ano, a FGM está apoiando novamente a campanha. Mesmo timidamente, as pessoas começam a entender melhor o que é competência do Município”.

Região Sudeste

No Estado de Minas Gerais, a Associação Mineira de Municípios (AMM) vestiu a camisa e também aderiu à campanha. A entidade enviou um comunicado aos gestores municipais estimulando a participação na campanha.

Na pauta da semana em defesa dos Municí-

pios, a AMM reivindicou o repasse dos recursos referentes aos Restos a Pagar (RAP). Dados da Confederação apontam que o débito do governo federal com os governos municipais já soma aproximadamente R\$ 35 bilhões.

Região Nordeste

Os Municípios nordestinos deram ainda mais força à campanha *Viva seu Município*. Durante a semana, quatro Estados realizaram algum tipo de movimentação. São eles: Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí. Novamente, as iniciativas tiveram o apoio das entidades estaduais nordestinas.

A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e a União dos Municípios da Bahia (UPB) estiveram reunidas com suas respectivas bancadas no Congresso Nacional. O encontro, realizado no dia 24 de fevereiro, tinha como objetivo apresentar aos deputados e senadores a Semana do Municipalismo.

No Piauí, os Municípios realizaram um conjunto de atos públicos, conforme orientações da Confederação. “Os prefeitos estão entendendo que a mobilização é o melhor caminho para conseguirmos alguns benefícios para os nossos Municípios”, disse o presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Arinaldo Leal.

Próximas ações

Após a abertura oficial, a campanha *Viva seu Município* continua. Como parte do calendário, estão previstas reuniões e mobilizações em Brasília para alinhamento da pauta municipalista. Também haverá espaço para iniciativas nas prefeituras, assim como aconteceu no ano passado. O calendário das próximas ações deve ser divulgado em breve no próprio site da campanha. Acompanhe.

As em pelo menos 10 Estados



Manifestação na Serra Catarinense mobilizou 18 Municípios na Amures/SC



Protesto de funcionários públicos de Nova Lacerda/MT



Mobilização na Prefeitura de São Borja/RS



A Prefeitura de Campo Bom/RS também aderiu à ação



Município de Venâncio Aires/RS engajado na campanha

Meio Ambiente

Saneamento: 77 milhões não contam com este serviço

No Brasil, 77 milhões de pessoas não têm abastecimento regular de água e com qualidade. Portanto, não contam com serviços de Saneamento Básico ou os têm com péssima qualidade. A conclusão é de um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste país, 114 milhões de cidadãos, ou 60% da população, não possui uma solução adequada para o esgotamento sanitário. E oito milhões de habitantes precisam fazer as necessidades ao ar livre, destaca o relatório.

Essa falta de Saneamento é problema grave, pois prejudica a saúde da população. Cada grama de fezes (neste caso, expostas ao ar livre ou locais indevidos) pode conter 10 milhões de partículas virais, um milhão de bactérias e 100 ovos de parasitas. Uma série de doenças decorrem do abastecimento de água sem potabilidade como diarreias, febres tifoides e paratífoides, cólera, hepatites infecciosas, poliomielite e heteroinfecções em geral. Ainda há aquelas causadas pelo contato de água contaminada na pele e mucosas como infecções nos olhos, ouvidos, nariz e garganta, doenças de pele e esquistossomose.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta que a realidade vivenciada é um árduo desa-

fio. E ele só será vencido se houver apoio técnico e financeiro dos Estados e da União para que, a médio e longo prazo, os Municípios possam universalizar o Saneamento. Seja pelo tratamento da água, tratamento do esgoto e destinação final adequada dos resíduos sólidos. Tais medidas são os meios mais eficazes para que possam dar qualidade de vida e melhor ordenamento de despesas para a gestão municipal e satisfação dos munícipes.

Falta água para o Saneamento

A água a ser consumida pelo homem deve obedecer padrões de qualidade. A retirada na natureza não é pura, pois pode ocorrer impurezas física, química ou biológica. Por este motivo, é necessário investimento para controle de impurezas para garantir qualidade antes do consumo. A cada dólar investido em Saneamento Básico, outros US\$ 5 são recuperados pela não internação por doenças decorrentes da falta dele.

Em todo o mundo, existe 1,36 bilhão de quilômetros cúbicos de água. Se pegássemos toda a água dos oceanos, rios, lagos, aquíferos e calotas polares e a distribuíssemos sobre a superfície terrestre, o planeta ficaria debaixo de água a três qui-

lômetros de profundidade.

O Brasil é a potência natural das águas com aproximadamente 12% de toda água doce do planeta – cerca de 5,4 trilhões de metros cúbicos. Portanto, esses dados mostram o quanto é estratégica a água no mundo. Empresas multinacionais da França, Inglaterra e Alemanha investem mais 100 bilhões de dólares no mercado de água. O Brasil, com o grande potencial de água doce, permite comercializar-se por grandes empresas americanas e suíças de água mineral.

Para a CNM, a escassez de água potável que afeta o sudeste brasileiro nos faz repensar a questão da utilização desse bem. Isso motiva uma nova cultura do cuidado com desperdício e indica a necessidade do processo do reúso, respeito e atenção à natureza. Aliada a isso, observa-se, no mês de janeiro deste ano, um aumento de 57% da incidência da dengue em muitos Municípios no país, em comparação com o mesmo período de 2013.

A população mantém água parada em vasilhames por conta da falta contínua. Por isso, a crítica situação hídrica permite agravar doenças como a dengue e a febre chikungunha, que também é transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypti*.

Meio Ambiente

Exemplo canadense pode ajudar Municípios brasileiros

A cidade canadense de Okotoks tem 26,319 habitantes e se tornou líder na gestão sustentável da água, com uma das taxas mais baixas de consumo de água por habitante na América do Norte. O reconhecimento foi obtido depois da implantação do Plano de Conservação, Eficiência e Produtividade na gestão da Água em 2002. Diante da atual situação de recessão de água e da pior crise hídrica já enfrentada pelos Municípios do Sudeste brasileiro, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) indica que os gestores analisem a experiência e, se possível, desenvolva projetos similares, de acordo com a realidade local.

Com o Plano de Conservação, Okotoks abrangeu cinco áreas-chave. Foram elas: ferramentas regulatórias, ferramentas financeiras, infraestrutura e operação, educação e conscientização e parcerias e colaboração. Com ações voltadas tanto para a demanda quanto para a oferta, foram adotadas medidas de conservação da água em espaços privados, um programa de reembolso, legislação assegurando uma camada superficial de solo mínima para assegurar a retenção da água, tarifas de uso baseadas no consumo e um sistema avançado de detecção de vazamentos.

Finanças

Governo deve R\$ 35 bilhões de Restos a Pagar aos Municípios

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulga levantamento atualizado sobre os Restos a Pagar (RAP). Atualmente, o governo federal deve R\$ 35 bilhões aos governos municipais. Em meio à falta de recursos até mesmo para manter serviços essenciais, este dinheiro faz falta nos cofres de quase a totalidade das prefeituras brasileiras.

Os RAPs nascem da dificuldade que a União tem de executar o orçamento. A cada ano a CNM faz um balanço deste débito e identificou que esta situação só piora. O montante de débitos só aumenta e os entes municipais estão entre os mais impactados, pois boa parte dessa dívida é referente à obras nos Municípios.

Um vídeo da CNM lançado em 2009 mostra a "Peregrinação dos prefeitos a Brasília" em busca de emendas parlamentares na tentativa de investimentos em diversas áreas. Alguns conseguem emendas parlamentares para custeio de obras, mas quando o Orçamento Geral da União (OGU) sofre cortes, essas emendas são contingenciadas e prejudicam lá na ponta os Municípios. Assim, ou a obra fica inacabada ou o prefeito paga com recursos próprios aquilo que deveria ter sido pago com a emenda.

Processados e não processados

De acordo com a CNM, a União tem, ao todo, R\$ 198,9 bilhões em Restos a Pagar. A maior parte é de não processados - um total de R\$ 165,7 bilhões - quando a despesa não foi realizada ou ainda não foi aferida/atestada e por isso não foi paga. Os processados somam R\$ 33,1 bilhões e são aquelas despesas que foram executadas, e aferidas/atestadas e só faltam ser pagas.

No caso dos RAPs devidos aos Municípios, 31,5 bilhões (90%) são de não processados. O restante do recurso, os R\$ 3,4 bilhões, são de processados. O RAP processado apresentava queda nos últimos anos e em 2014 passou a crescer. Por outro lado, o RAP não processado tinha um crescimento considerável e a partir de 2012, depois de uma estagnação, o crescimento está em média de 10% ao ano.

Existem milhares de obras paradas e isso é preocupante, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe que no último ano de mandato, no caso em 2016, haja Restos a Pagar. É preciso ter cuidado, recomenda a CNM. Passar dívidas para a gestão seguinte é improbidade.

Prejuízos aos Municípios

Este levantamento serve de alerta aos gestores municipais. Na avaliação da CNM, há um efeito negativo duplo nesta situação. A falsa expectativa de recebimento de recursos e o atraso nos projetos sob responsabilidade das prefeituras.



Muitos dos Restos a Pagar existem há mais de um ano. Do total que deve ser pago aos Municípios, há concentração em três pastas: Ministério das Cidades, Ministério da Educação e Ministérios da Saúde. Juntos, eles correspondem a quase 70% do total de RAPs devidos aos governos municipais. No caso do MCidades, quase a totalidade está classificada como não processados. No MEC e MS são 74% e 58%, respectivamente.

Decreto federal

Infelizmente, este cenário pode piorar. O governo federal publicou o Decreto 8.407/2015. Ele diz que os ministérios terão até o dia 30 de junho deste ano para fazer uma avaliação desses Restos a Pagar. As pastas indicarão quais devem ser efetivamente pagos e quais devem ser cancelados.

De acordo com o decreto, apenas os Restos a Pagar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério da Saúde, dos Programas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino do Ministério da Educação e os de emendas parlamentares do Orçamento Impositivo de 2014 não precisam passar por este "pente fino". Dos R\$ 31,5 bilhões, uma parcela importante é da Saúde, Educação, emendas e PAC, mas ainda resta muito para ser avaliado pelos outros ministérios.

Este decreto federal é lamentável, afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Ele lembra que esta ação do governo mais uma vez frustra os gestores municipais. Além das comunidades que acreditaram nesses investimentos, prepararam os projetos e tinham a expectativa de que isso se concretizasse. Entre estes RAP não processados existem aproximadamente R\$ 13 bilhões de exercícios anteriores. Portanto, há anos a execução se arrasta.

A CNM recebe relatos de milhares Municípios nesta situação. Os problemas vão desde a falta de alguma documentação até a falta de medição por parte do órgão competente, geralmente a Caixa Econômica Federal (CEF), a principal executora do governo federal.

Finanças

Valparaíso de Goiás eleva a arrecadação com cobrança da dívida ativa

Boas práticas municipais são sempre bem-vindas, ainda mais quando se tratam de aumentar a arrecadação própria. Em meio à crise, conseguir mais recursos para o custeio e até mesmo investimentos é interesse de qualquer gestor. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, recomendou durante palestras do Diálogo Municipalista ou do Novos Gestores que as prefeituras cobrem a dívida ativa. É o que a Prefeitura de Valparaíso de Goiás (GO) fez: o histórico de arrecadação da dívida ativa subiu de R\$ 971 mil, em 2011, para R\$ 3,413 milhões, em 2014.

O projeto colocado em prática em Valparaíso é simples. A cobrança estava parada há alguns anos. Politicamente, não é interessante para gestores cobrarem a dívida ativa. Mas a equipe financeira e jurídica do Município goiano se atentou para algo muito importante. O Ministério Público de Goiás e até mesmo de outros Estados estão focados no fato de os prefeitos não executarem as cobranças. Isso configura renúncia de receita e consequentemente improbidade administrativa. O MP/GO tem entrado com ação civil contra prefeitos que evitam cobrar a dívida ativa. Além de aplicarem multas altíssimas e cobrar do gestor futuramente.

Para evitar este problema, assim que assumiu a administração municipal, em 2013, a prefeita Lucimar do Nascimento pediu um levantamento sobre a situação da dívida ativa de Valparaíso. Com os resultados, mais de R\$ 43 milhões a serem cobrados dos contribuintes, a gestão procurou o Tribunal de Justiça de Goiás. Mas daí veio o diferencial do projeto: a parceria entre a justiça e o Município.

A Prefeitura de Valparaíso de Goiás assinou um termo de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado. Inclusive submeteram este acordo à Câmara de Vereadores e o transformaram em lei municipal. Com os valores devidos, a justiça entra em contato com o contribuinte por meio de uma “Carta de Intimação” — uma espécie de pré-processual. Neste documento, o TJ/GO determina um prazo para que o devedor procure um Centro Judiciário de Conciliação da Comarca local e negocie o pagamento. Junto à Carta é encaminhado um boleto anexo com o valor total da dívida ativa.

Nesse procedimento, o diferencial está que o contribuinte recebe a “intimação” de ordem do juiz local para pagar o débito em atraso, e que não é emitida pela prefeitura. Acontece que ainda não se trata de um processo, o que não gera custos para a administração municipal, tão pouco ao contribuinte. A justiça busca um acordo para a quitação dos débitos, com espaço

para discussão. Casos de pessoas que venderam imóveis, mas que continuam como devedores do Imposto Sobre Propriedade Urbana (IPTU), por exemplo, são liberados da dívida.

Para evitar cobrar da pessoa errada, é preciso fazer a atualização no cadastro do IPTU, explica a CNM. Isso pode ser feito com mais segurança por meio de convênio com o Cartório de Registro de Imóveis.

O acordo pode ser feito com base em uma tabela de descontos elaborada

pela gestão municipal como uma das condições impostas pelo TJ para o termo de cooperação. São oferecidos descontos de 100% nos juros e mora para quem pagar a dívida à vista. Mas há também a possibilidade de dividir o débito em até 36 vezes com valor de parcela mínima de R\$ 40 para pessoas físicas ou Microempreendedor Individual e R\$ 100 para pessoa jurídica. Em casos de parcelamento, ao analisar o projeto, a CNM

recomenda que seja considerada a realidade de cada Município.

Ao ser convocado pelo Judiciário, o contribuinte em dívida com o Município assina o reconhecimento do débito e isto é submetido ao juiz, o qual homologa o acordo e passa a ter *status* de uma sentença. Se não cumprir com o parcelamento, caso o contribuinte deixar de pagar, isso gera força de execução, por meio do cumprimento de sentença e não pela execução fiscal, sem abertura para nova discussão.

Aquilo que o levantamento mostrou como dívida prescrita também é preocupação da administração municipal. Por meio de decreto, o servidor da Fazenda recebe autonomia para cancelar os débitos quando o contribuinte procurar a prefeitura. Isso evita o desperdício de tempo e diminui a burocracia. A CNM alerta que isso é obrigação do Município e deve ser anual e automática a prescrição.

Outra alerta da CNM é que, ao receber a dívida ativa com descontos ou no caso de prescrições, isso deve ser registrado corretamente na contabilidade pelo total nas respectivas contas para que ocorra a baixa do estoque dívida ativa, evitando a geração de ativo inexistente.

De maneira detalhada, Valparaíso de Goiás arrecadou em 2011, R\$ 971 mil, passou para R\$ 1,081 milhão em 2012, subiu para R\$ 2,347 milhões em 2013 e chegou a R\$ 3,413 milhões em 2014. Parte do dinheiro vai para manutenção dos serviços de Saúde (15%) e Educação (25%), conforme a lei. Este exemplo começa a ser copiado por outros Municípios goianos, como Jataí, Rio Verde e Trindade.



FGM

Contabilidade Pública

Siconfi: principais dificuldades dos Municípios

Após pesquisa, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) diagnosticou as principais dificuldades das administrações municipais na prestação de contas anuais por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). A entidade visa a instrumentalizar os Municípios brasileiros na adequação aos novos padrões contábeis.

Um total de 3.607 entes municipais de todas as regiões do país responderam a pesquisa da CNM. Os resultados mostram que a maior dificuldade, encontrada por cerca de 40% dos Municípios pesquisados, refere-se ao preenchimento das planilhas do Siconfi. Este problema foi constatado pela equipe técnica de Contabilidade da CNM, que só no ano passado atendeu mais de mil questionamentos

para sanar dúvidas nesse sentido.

Outra dificuldade refere-se à falta de pessoal técnico capacitado. Isso em parte pode ser minimizado com a leitura dos manuais e vídeos tutoriais divulgados na página da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), recomenda a CNM.

Demais dificuldades

Outros 15% dos Municípios pesquisados também relatam dificuldades de acesso à internet, o que dificulta o envio da Declaração de Contas Anuais (DCA). Uma recomendação é que o Município baixe a versão off-line da Declaração, preencha os dados e procure um polo de digitação mais próximo para que as informações sejam enviadas.

Entre os Municípios consultados, 10% ainda



encontram dificuldades em obter a certificação digital exigida para o envio da DCA. Nesse caso, os gestores municipais devem buscar alternativas, como a certificação digital disponibilizada pelo Ministério da Saúde para regularização do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops).

Convênio CNM/Sebrae

Um fruto da Maratona de Negócios Públicos

Realizada pela CNM e pelo Sebrae no 3º Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento, em novembro passado, a Maratona de Negócios Públicos começa a mostrar seus frutos. Em 6 de fevereiro, representantes da prefeitura de Caieiras (SP) e das diretorias do Sebrae e do Senai se reuniram para dar início aos trabalhos de implantação da Incubadora de Empresas de Caieiras.

O projeto da Incubadora, apresentado pelo agente de desenvolvimento Reginaldo Pereira Lima no encontro em Cabo de Santo Agostinho (PE), ficou entre os 10 melhores da Maratona. A incubadora tem como objetivo apoiar a criação e/ou desenvolvimento de pequenas empresas, microempresas e empreendedores individuais nas primeiras etapas de suas vidas. Seu propósito é abrigar empresas inovadoras em um ambiente propício para o desenvolvimento, dando

assessoria empresarial, contábil, financeira, jurídica e em estratégias de marketing, formando um ambiente em que as empresas incubadas possam ter um maior potencial de crescimento.

Projetos como esse foram selecionados e lapidados na Maratona do convênio CNM/Sebrae. A iniciativa foi concebida para selecionar e aprimorar projetos inovadores de agentes de desenvolvimento voltados a fortalecer os pequenos negócios e promover o desenvolvimento econômico local. Uma centena de projetos, procedentes de 23 das 27 unidades da Federação inscreveram-se no concurso.

Os escolhidos foram submetidos a um programa intenso — por isso, o nome de maratona —, incluindo módulos de capacitação, consultoria e mentoria de especialistas em gestão pública municipal.



Em 6 de fevereiro, prefeitura de Caieiras/SP, Sebrae e Senai iniciaram a implantação da incubadora de empresas.



Projeto foi lapidado na Maratona do convênio CNM/Sebrae, que mobilizou agentes de desenvolvimento de todo o país.

Desenvolvimento Urbano

CNM quer incluir os pleitos municipais na Habitat III

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) participou do *Seminário Nacional Habitat III*, que ocorreu no dia 24 de fevereiro, na Secretaria de Relações Institucionais do governo federal. A entidade foi representada pelo presidente da Associação de Municípios do Paraná (AMP), Luiz Sorvos. A CNM mostrou a importância desta discussão internacional para os Municípios e para a sociedade civil, além de como os prefeitos podem se preparar para o debate.

Vincular a agenda local ao *Habitat III* só será possível se as relações entre a sociedade civil e os governos forem aprimoradas, defende a CNM. E o papel de entidades como a CNM é conscientizar sobre a importância da discussão dos problemas que afetam diretamente o cidadão. Eles precisam ter consciência dos problemas, como o lixo e o abastecimento de água, por exemplo, para naturalmente se interessarem pelo assunto.

A Confederação acredita que é preciso mudança cultural e dedicação à causa. “Nesse caminho, a imprensa deverá ser explorada ao máximo, a batalha da comunicação com nossos cidadãos será de extrema importância, evidentemente que essa luta terá de ser encampada por representações públicas e privadas, todo seguimento da nossa sociedade terá

de estar comprometido em colaborar”, destacou Luiz Sorvos. A entidade acredita que o governo sozinho não é capaz de entregar tudo, além de ser necessário o empenho maior entre as esferas federativas – federal, estadual e municipal.

CNM pauta o debate – Para o representante da CNM no evento, esta interatividade com a sociedade e os governos locais ainda está distante. A Confederação tem pautado a *Habitat III* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) em diversos fóruns. Em fevereiro, por exemplo, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, participou, em Barcelona, da reunião da presidência e vice-presidência das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e das sessões de planejamento estratégico da organização mundial. Nessa ocasião, a Agenda para a *Habitat III* foi um dos pontos fortes em debate. Ziulkoski destacou a importância da interação entre prefeitos e prefeitas e comunidades.

Sorvos citou que, em Barcelona, a Confederação lembrou que o Brasil não conseguiu diminuir o êxodo rural. “Necessitamos restabelecer um equilíbrio territorial e considerar as dinâmicas das áreas rurais e as relações com as áreas urbanas. Há um número crescente de pessoas que se engajam tanto na vida urbana como na rural, indo do cam-



Divulgação

po às cidades todos os dias ou com certa frequência”, destacou.

Incentivo à Habitat III – A CNM tem incentivado os gestores municipais a enviarem uma carta ao Ministério das Cidades com as prioridades para o Desenvolvimento Urbano. Isso servirá para definir o posicionamento do Brasil antes da Conferência Internacional *Habitat III* e, assim, garantir que os interesses do municipalismo sejam incorporados às políticas públicas do setor.

Ao todo, 56 Municípios aderiram à mobilização. Um exemplo é Comodoro (MT), que organizou uma audiência pública e destacou a necessidade de segurança no repasse de recursos para os Municípios executarem as obras de infraestrutura urbana. Os repasses são inconstantes e os Entes municipais precisam arcar com a continuidade da obra do próprio bolso ou aguardar as transferências do governo.

Carta aberta dos Municípios

Na carta elaborada pela CNM e enviada pelos gestores ao Ministério, estão elencados pleitos como:

- acolher as diversas vozes dos cidadãos;
- fortalecer os espaços de diálogos permanentes sobre esses temas com o movimento municipalista;
- criar mecanismos de planejamento e execução intersetoriais;
- comprometimento do governo federal em realizar de fato a assistência técnica necessária aos Municípios;
- otimizar investimentos federais e estaduais para tornar cidades resilientes;
- priorizar os recursos da União destinados a apoiar os Municípios na universalização do acesso à água e saneamento;
- integrar todas as políticas de habitação recursos para a provisão de infraestrutura urbana;
- promover políticas de inclusão social voltadas à segurança urbana e prevenção da violência em espaços públicos e privados;
- fomentar o desenvolvimento econômico local sustentável;
- estimular os governos nacionais a assumirem suas corresponsabilidades para a realização do plano de mobilidade urbana sustentável;
- promover uma reforma de Estado capaz de aprimorar a gestão administrativa;
- propor a revisão da data de realização da Conferência para que ela possa ocorrer após o encerramento do período eleitoral brasileiro; e
- incentivar a troca de experiências e acordos de cooperação entre governos locais de diferentes países.

Trânsito e Mobilidade

Mobilidade urbana: projeto vai inovar mobilidade urbana

No dia 24 de fevereiro, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou a primeira reunião oficial do projeto Movimento. O objetivo é melhorar a mobilidade urbana no Município de Valparaíso, em Goiás, por meio do diálogo com representantes da sociedade civil. A metodologia utilizada foi desenvolvida pela Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, e aplicada com sucesso em diversas cidades.

Denominada Smart, a técnica traz como um dos diferenciais a forma de ajustar os enfoques do projeto. No lugar de começar pela identificação dos problemas rumo às soluções, o ponto de partida é o potencial do Município.

Outro diferencial está na forma participativa de construção do projeto. Em um primeiro momento, a equipe identifica quais são as ferramentas e as estruturas já existentes no local. Depois, é aberto o diálogo com representantes da comunidade.

A primeira reunião oficial do projeto Movimento foi realizada no dia 24 de fevereiro, na cidade de Valparaíso (GO). Para esse encontro, foram convidados servidores do Município, representantes de áreas como infraestrutura, segurança e de Organizações sem Fins Lucrativos (ONGs). A proposta era reunir um grupo diversificado para apresentar a metodologia Smart e o cronograma do projeto. Em seguida, conhecer a realidade do Município.

Participação local – Aproximadamente 20 pessoas estiveram presentes na reunião. Dentre os depoimentos, uma das principais preocupações era a divisão da cidade. Vilmar Simion, da ONG Metarreciclagem, relata: “em Valparaíso, existe uma rodovia que praticamente divide a cidade ao meio. Esse é um dos principais problemas de mobilidade que temos aqui. Para ir ao *shopping*, eu preciso ir de carro porque a pé não tem como”.

Segundo ele, um indivíduo gasta aproximadamente uma hora e meia para conseguir chegar até

o shopping da cidade, se optar pelo transporte público. Simion acredita que esse é um reflexo das dificuldades enfrentadas em Valparaíso.

Apesar dos percalços, os participantes enxergam a importância da mobilidade urbana na vida do cidadão. “Hoje, quando você fala de mobilidade você também fala de qualidade de vida. Em Brasília, por exemplo, me incomoda muito eu ter de ir de carro para o supermercado. Eu não caminho. Então isso influencia na saúde do indivíduo também”, desabafou José Augusto Fortes, professor da Universidade de Brasília (UNB).

Agenda – Uma vez conhecida a realidade local pela voz dos participantes do encontro, teve início uma segunda etapa da reunião. O objetivo era definir previamente o local onde seriam realizadas as atividades do projeto. Os participantes deram as suas contribuições e depois validaram a agenda para o próximo encontro do grupo.

A data está marcada para o dia 10 de março, em local ainda a ser definido. Na ocasião, os participantes serão divididos em grupos para debater as questões de mobilidade na área escolhida. Nesta etapa, a ideia é levantar sugestões de ações para curto, médio e longo prazo.

Como explica o representante da metodologia Smart para o Brasil, Augusto Mathias, “o Smart é um instrumento de trazer pessoas juntas, que tenham interesse no processo de melhorar a mobilidade local”.

Além da Universidade de Michi-



Agência CNM



Agência CNM

gan, o projeto Movimento conta com a parceria da prefeitura de Valparaíso (GO) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Município.

ENTENDA COMO SURTIU O MOVIMENTO

Parceira da Confederação desde 2007, a Universidade de Michigan vem desenvolvendo projetos importantes na área de mobilidade urbana. No dia 25 de setembro, a diretora da iniciativa internacional Sustainable Mobility and Accessibility Research and Transformation (Smart) esteve na sede da entidade. Na ocasião, ela promoveu oficina que tratou de ferramentas de implementação para o transporte e o desenvolvimento territorial e econômico.

O principal objetivo foi avançar na agenda de nova mobilidade sustentável dos Municípios, a partir do reforço da parceria entre as duas organizações e da inclusão de novos colaboradores. Um dos enfoques do projeto Movimento é a importância do compartilhamento de responsabilidades entre diferentes atores.

Meio Ambiente

Municípios excluídos de acordo sobre embalagens

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem acompanhando de perto as ações do governo federal sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e verifica que o Ministério do Meio Ambiente tem desrespeitado a Carta Magna. Um acordo setorial está sendo realizado pelo órgão para discutir a logística reversa. Porém, os Entes federados não têm participado dessa negociação.

Como define a PNRS, por meio da Lei 12.305/2010, os Municípios não são responsáveis por realizar a logística reversa de embalagens. A gestão de resíduos sólidos é de competência municipal. Todavia, de acordo com a redação, as embalagens são de responsabilidade do setor empresarial.

Assim, após o uso pelo consumidor e de forma independente do sistema público de limpeza urbana, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de embalagens em geral são responsáveis pela logística reversa do material. Além disso, o material reciclável não pode ser disposto em aterros sanitários, sob pena de multa para os gestores municipais.

O presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, explica que resíduos como latas de alimentos, garrafas plásticas e outras embalagens impactam diretamente as cidades. Cerca de 70% da fração seca dos resíduos domiciliares é composta de embalagens.

“Por esse motivo, a entidade criticou a proposta de acordo setorial colocada em consulta pública no ano passado. A CNM propôs diversas alterações no texto por conter ilegalidades. E porque eles tentam aos Municípios a responsabilidade de coletar as embalagens sem destinar os recursos para isso”, comentou.

Na última sexta-feira, 30 de janeiro, o Ministério do Meio Ambiente publicou notícia alegando que o acordo setorial está em fase final de avaliação das contribuições da consulta pública. Informou também que o texto analisado será encaminhado para a Coalizão Empresarial. O grupo é composto por 22 associações que representam comércio, indústria e distribuidores de produtos, responsáveis pela proposta criticada pela Confederação.

Após solicitação da entidade, enviada na segunda-feira, 2 de fevereiro, o órgão se comprometeu a compartilhar com a CNM o texto antes de ser publicado no Diário Oficial da União (DOU).



Entenda a Política Nacional de Resíduos Sólidos

De responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, o prazo para término e publicação do plano sobre o tema encerrou em 2012. Todavia, o plano ficou apenas na versão preliminar. Ainda assim, prevê diretrizes e estratégias para possibilitar a concreta efetivação da PNRS, incluindo a logística reversa.

A CNM evidencia que o plano nacional determina claramente que a logística reversa “será instituída por meio de acordos setoriais envolvendo importadores, fabricantes, comerciantes, distribuidores, cidadãos e titulares pelos serviços municipais de limpeza e manejo dos resíduos sólidos urbanos”. Portanto, a participação dos Municípios é fundamental nesse processo.

Desenvolvimento Social

Seminário debate violência contra mulher

Mais de cem pessoas se reuniram em Brasília, no dia 25 de fevereiro, no *Seminário Internacional de Compartilhamento de Práticas e Conhecimentos*. O evento foi promovido pelo Projeto Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres, desenvolvido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em parceria com a União Europeia e os dez Municípios integrantes da ação. O objetivo foi promover troca de experiências e metodologias para o trabalho de combate à violência de gênero.

A abertura do evento contou com a presença da embaixadora da União Europeia, Ana Paula Zacarias, do representante da Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat), Allan Grimad, do deputado federal Júlio, além de prefeitos e gestores municipais. No entanto, antes da cerimônia de abertura, o plenário assistiu ao vídeo com a palavra do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, sobre a importância das políticas públicas locais e da campanha *Viva seu Município*. Ziulkoski foi representado pelo diretor de Gestão da entidade, Gustavo Cezário, que iniciou os trabalhos e destacou que o tema é de extrema relevância, uma vez que “tudo acontece nos Municípios”.

A embaixadora da União Europeia, que prestigiou o evento, contou casos cotidianos de violência contra a mulher que ocorrem com frequência pelo mundo, e chamou de “historinhas”: “O poder público tem sim uma importância, sobretudo, grande relevância na área da educação, de onde saem todos esses estereótipos com os quais estamos vivendo”, disse Ana Paula. Ela também mencionou a cooperação firmada com a CNM e os Municípios. “Estamos juntos em uma parceria para mudar o mundo, mudar a forma de como a gente encara metade dos cidadãos do mundo”.

“Nós queremos formar lideranças municipais que tenham essa capacidade de ajudar a acabar com a violência contra a mulher nos espaços públicos e privados, em um governo que facilite a compreensão e o diálogo”, afirmou. Segundo a embaixadora, os governos locais, as organizações da sociedade civil e as lideranças podem desenvolver ações que promovam espaços mais seguros para as mulheres. “O que se pretende é ampliar o conhecimento e a capacitação dos gestores públicos e dos representantes da sociedade civil sobre políticas de proteção às mulheres”, ressaltou Ana Paula.

Já o representante da ONU-Habitat destacou o desafio e as dificuldades de se desenvolver políticas voltadas à valorização dessa classe, inclusive no sentido de financiamento. “As cidades sustentáveis são aquelas onde as mulheres têm os direitos respeitados e garantidos”, ponderou. Para ele, o tema da violência é muito importante, pois está relacionado aos problemas das cidades. “É de suma relevância que a autoridade, em nível municipal, tome conta do tema violência contra as mulheres e que tenha atividades, planos e objetivos específicos acompanhados de recursos”, destacou. Ele também destacou que os planos e os projetos devem vir acompanhados de recursos para que seja possível viabilizar as ações.

Uma das palestrantes, a diretora de Programa na Internacional City Leaders Foundation, Toronto, Canadá, e consultora da Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat), Prabha Khosla, falou à *Agência de Notícias CNM*. Para ela, as mulheres, em todo o mundo, estão lutando pelo suprimento, mas é preciso avançar em relação à conquista de direitos. Segundo Khosla, as campanhas da Nações Unidas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher representam avanço. “Uma coisa importante que já conseguimos mudar é ter mais programas e mais recursos que ajudem mulheres e crianças”, afirmou. Para ela, isso também é uma conquista da mulher.



Internacional

Ziulkoski participa de reunião estratégica da CGLU em Barcelona

Entre os dias 11 e 13 de fevereiro, gestores municipalistas de todo o mundo estiveram reunidos em Barcelona, na Espanha, para discutir o planejamento estratégico da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que é vice-presidente da CGLU, esteve presente no encontro representando a América Latina.

Na manhã do dia 12 de fevereiro, durante as discussões sobre prioridades da agenda, Ziulkoski falou sobre a construção do processo preparatório para a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) no Brasil. Ele enfatizou a importância de discutir a responsabilização dos Municípios e apresentou a realidade brasileira.

O presidente da CNM destacou a necessidade de refletir sobre a implementação das agendas internacionais. Um exemplo dado foram os compromissos assumidos pela Ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em âmbito mundial e que resultaram no estabelecimento de prazos para fechamento dos lixões no Brasil pelas prefeituras. Porém, a falta de apoio financeiro e técnico pelo governo federal e a responsabilização dos Municípios para o alcance dessas metas têm gerado problemas sérios.

Ziulkoski chamou ainda atenção para a necessidade de ampliar o debate com a sociedade e outros atores políticos. Um dos exemplos citados foi a mobilização da CNM para a construção da nova agenda urbana internacional.

A Confederação tem estimulado que os gestores enviem cartas ao Ministério das Cidades com as prioridades para a área de Desenvolvimento

Urbano. O objetivo é definir o posicionamento brasileiro para a Conferência Internacional *Habitat III*. Além de garantir que a visão dos Municípios brasileiros seja incorporada nas políticas públicas urbanas.

Reunião da presidência

No dia 13 de fevereiro, foi realizada a reunião da presidência da CGLU também com a participação de Ziulkoski, vice-presidente da entidade. Na ocasião, foi aprovado o plano estratégico da entidade com as principais ações e momentos políticos para os próximos anos.

Em seu discurso, o presidente Ziulkoski reforçou sua representação dos 5.568 Municípios brasileiros e dos membros da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações (Flacma). Convidou governos locais de todos os continentes a participarem de encontros políticos internacionais chaves que ocorrerão na América Latina, dentre eles: a Reunião do Bureau Executivo da CGLU em junho em Porto Alegre, e o Congresso da Flacma em julho em San Juan, Porto Rico.

Habitat III

Ziulkoski falou sobre a necessidade de ampliar o diálogo em preparação para a Conferência *Habitat III*. Ele destacou a importância da interação entre os prefeitos com a comunidade para juntos buscarem soluções para os próximos 20 anos.

Outro ponto mencionado por ele foi a questão da urbanização no Brasil. Segundo ele, o país vive uma rápida urbanização nos últimos 60 anos, gerando uma realidade insustentável e difícil de gerenciar.



Agência CNM

Agendas internacionais

Quanto às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), defendeu uma maior descentralização acompanhada de responsabilidade de financiamento, capacitação e apoio a arranjos institucionais aos Municípios. Assim, “o compromisso dos resultados pretendidos podem efetivamente ser alcançados”, destacou Ziulkoski.

O presidente defendeu a necessidade de fortalecimento do Comitê Consultivo das Autoridades Locais para as Nações Unidas (Unacla), evitando a criação de duplicidade, de forma a fortalecer os foros já existentes e que foram importantes conquistas do movimento municipalista.

Resultados

Por fim, Ziulkoski ressaltou a importância do encontro em Barcelona para o municipalismo brasileiro e latino-americano. Um dos destaques foi o apoio ao *Seminário de Descentralização* a ser realizado um dia antes do Bureau Executivo da CGLU, em Porto Alegre, e ao *Seminário de Modernização da Gestão junto ao Comitê da Sociedade de Informação* a ser realizado em setembro no Brasil.

Além disso, observou o apoio à cooperação sul-sul e às ações de colaboração na área de fronteira, bem como o fortalecimento de trocas de experiências em questões da água.